Questão 01 - (ENEM/2017)

Nos primeiros anos do governo Vargas, organizações operárias controle sob correntes de esquerda tentaram se opor ao seu enquadramento pelo Estado. Mas a tentativa fracassou. Além do governo, a própria base dessas organizações pressionou pela legalização. benefícios. Vários como as férias possibilidade de postular direitos perante Juntas de Conciliação e Julgamento, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002 (adaptado).

No contexto histórico retratado pelo texto, a relação entre governo e movimento sindical foi caracterizada

- a) pelas benesses sociais do getulismo.
- b) por um diálogo democraticamente constituído.
- c) por uma legislação construída consensualmente.
- d) pelo reconhecimento de diferentes ideologias políticas.
- e) pela vinculação de direitos trabalhistas à tutela do Estado.

Questão 02 - (ENEM/2017)

As primeiras ações acerca do patrimônio histórico no Brasil datam da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Nesse período, o conceito que norteou a política de patrimônio limitou-se aos monumentos arquitetônicos relacionados ao passado brasileiro e vinculava-se aos ideais modernistas de conhecer, compreender e recriar o Brasil por meio da valorização da tradição.

SANTOS, G. Poder e patrimônio histórico: possibilidades de diálogo entre educação histórica e educação patrimonial no ensino médio. **EntreVer**, n. 2, jan.-jun. 2012.

Considerando o contexto mencionado, a criação dessa política patrimonial objetivou a

- a) consolidação da historiografia oficial.
- b) definição do mercado custural.
- c) afirmação da identidade nacional
- d) divulgação de sítios arqueológicos.
- e) universalização de saberes museológicos.

Questão 03 - (ENEM/2017)

Getúlio libertou o povo, e são 8 horas de trabalho e só. Não tinha que trabalhar dia e noite mais não. Getúlio é que fez as leis. A princesa Isabel assinou a libertação, mas quem nos libertou do jugo da escravatura, do chicote, do tronco, foi Getúlio, Getúlio Dorneles Vargas. Papai falava assim: "Meu filho. Nunca houve no mundo governo igual a esse, meu filho".

Relato de Cornélio Cancino, 82 anos, descendente de exescravos, Juiz de Fora (MG), 9 maio 1995. In:

MATTOS.

H.; RIOS, A. L. (Org.). **Memórias do cativeiro**: família,

trabalho e cidadania no pós-Abolição. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2005 (adaptado).

A construção da memória apresentada no texto remete ao seguinte aspecto da referida experiência política:

- a) Fortalecimento da ideologia oficial, limitada à dimensão da escola.
- b) Legitimação de coligações partidárias, vinculadas à utilização do rádio.
- c) Estabelecimento de direitos sociais, associados à propaganda do Estado.
- d) Enaltecimento do sentimento pátrio, ligado à consolidação da democracia.
- e) Desenvolvimento de serviços públicos, submetidos à direção dos coronéis.

Questão 04 - (ENEM/2017)

Durante o Estado Novo, os encarregados da propaganda procuraram aperfeiçoar-se na arte da empolgação e envolvimento das "multidões" através das mensagens políticas. Nesse tipo de discurso o significado das palavras importa pouco, pois, como declarou Goebbels, "não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter determinado efeito".

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI. D.

. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

O controle sobre os meios de comunicação foi uma marca do Estado Novo, sendo fundamental à propaganda política, na medida em que visava

- a) conquistar o apoio popular na legitimação do novo governo.
- b) ampliar o envolvimento das multidões nas decisões políticas.
- c) aumentar a oferta de informações públicas para a sociedade civil.
- d) estender a participação democrática dos meios de comunicação no Brasil.
- e) alargar o entendimento da população sobre as intenções do novo governo.

Questão 05 - (ENEM/2016)

A regulação das relações de trabalho compõe uma estrutura complexa, em que cada elemento se ajusta aos demais. A Justiça do Trabalho é apenas uma das peças dessa vasta engrenagem. A presença de representantes classistas na composição dos órgãos da Justiça do Trabalho é também resultante da montagem dessa regulação. O poder normativo também reflete essa característica. Instituída pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho só vicejou no ambiente político do Estado Novo instaurado em 1937.

ROMITA, A. S. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

A criação da referida instituição estatal na conjuntura histórica abordada teve por objetivo

- a) legitimar os protestos fabris.
- b) ordenar os conflitos laborais.
- c) oficializar os sindicatos plurais.
- d) assegurar os princípios liberais.
- e) unificar os salários profissionais.

Questão 06 - (ENEM/2016)

Em 1935, o governo brasileiro começou a negar vistos a judeus. Posteriormente, durante o Estado Novo, uma circular secreta proibiu a concessão de vistos a "pessoas de origem semita", inclusive turistas e negociantes, o que causou uma queda de 75% da imigração judaica ao longo daquele ano. Entretanto, mesmo com as imposições da lei, muitos judeus continuaram entrando ilegalmente no país durante a guerra e as ameaças de deportação em massa nunca foram concretizadas, apesar da extradição de alguns indivíduos por sua militância política.

GRIMBERG, K. Nova língua interior: 500 anos de história dos judeus no Brasil. In: IBGE.

Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000 (adaptado).

Uma razão para a adoção da política de imigração mencionada no texto foi o(a)

- a) receio do controle sionista sobre a economia nacional.
- b) reserva de postos de trabalho para a mão de obra local.
- c) oposição do clero católico à expansão de novas religiões.
- d) apoio da diplomacia varguista às opiniões dos líderes árabes.
- e) simpatia de membros da burocracia pelo projeto totalitário alemão.

Questão 07 - (ENEM/2016) Aquarela do Brasil

Brasil!
Meu Brasil brasileiro
Meu mulato inzoneiro
Vou cantar-te nos meus versos

O Brasil, samba que dá
Bamboleio que faz gingar
O Brasil do meu amor
Terra de Nosso Senhor
Brasil! Pra mim! Pra mim, pra mim!

Ah! Abre a cortina do passado Tira a mãe preta do Cerrado Bota o rei congo no congado Brasil! Pra mim! Deixa cantar de novo o trovador
A merencória luz da lua
Toda canção do meu amor
Quero ver a sá dona caminhando
Pelos salões arrastando
O seu vestido rendado
Brasil! Pra mim, pra mim!
ARY BARROSO. Aquarela do Brasil, 1939
(fragmento).

Muito usual no Estado Novo de Vargas, a composição de Ary Barroso é um exemplo típico de

- a) música de sátira.
- b) samba exaltação.
- c) hino revolucionário.
- d) propaganda eleitoral.
- e) marchinha de protesto.

Questão 08 - (ENEM/2016)

A experiência do movimento organizado de mulheres no Brasil oferece excelente exemplo de como se pode utilizar a lei em favor da melhoria do status jurídico, da condição social, do avanço no sentido de uma presença mais efetiva no processo de decisão política. Ao longo de quase todo o século XX, com mais intensidade em algumas décadas do que em outras, as mulheres brasileiras conseguiram obter vitórias expressivas. vezes, abolindo Algumas dispositivos legais discriminatórios, outras, conseguindo aprovar novas leis.

TABAK, F. A lei como instrumento de mudança social. In: TABAK, F.; VERUCCI, F.

A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos.

Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

A atuação do movimento social abordado no texto resultou, na década de 1930, em

- a) direito de voto.
- b) garantia de cotas.
- c) acesso ao trabalho.
- d) organização partidária.
- e) igualdade de oportunidades.

Questão 09 - (ENEM/2015)

A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, como parte de uma ampla reforma no processo eleitoral incentivada pela Revolução de 1930. Sua criação foi um grande avanço institucional, garantindo que as eleições tivessem o aval de um órgão teoricamente imune à influência dos mandatários.

TAYLOR, M. Justiça Eleitoral. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006 (adaptado).

Em relação ao regime democrático no país, a instituição analisada teve o seguinte papel:

- a) Implementou o voto direto para presidente.
- b) Combateu as fraudes sistemáticas nas apurações.

- c) Alterou as regras para as candidaturas na ditadura.
- d) Impulsionou as denúncias de corrupção administrativa.
- e) Expandiu a participação com o fim do critério censitário.

Questão 10 - (ENEM/2015)

Bandeira do Brasil, és hoje a única. Hasteada a esta hora em todo o território nacional, única e só, não há lugar no coração do Brasil para outras flâmulas, outras bandeiras, outros símbolos. Os brasileiros se reuniram em torno do Brasil e decretaram desta vez com determinação de não consentir que a discórdia volte novamente a dividi-lo!

Discurso do Ministro da Justiça Francisco Campos na

cerimônia da festa da bandeira, em novembro de 1937. Apud OLIVEN, G. R.

A parte e o todo: a diversidade cultural do Brasil Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

O discurso proferido em uma celebração em que as bandeiras estaduais eram queimadas diante da bandeira nacional revela o pacto nacional proposto pelo Estado Novo, que se associa à

 a) supressão das diferenças socioeconômicas entre as regiões do Brasil, priorizando as regiões estaduais carentes.

- b) orientação do regime quanto ao reforço do federalismo, espelhando-se na experiência política norte-americana.
- c) adoção de práticas políticas autoritárias, considerando a contenção dos interesses regionais dispersivos.
- d) propagação de uma cultura política avessa aos ritos cívicos, cultivados pela cultura regional brasileira.
- e) defesa da unidade do território nacional, ameaçado por movimentos separatistas contrários à política varguista.

Questão 11 - (ENEM/2015)

Em 1943, Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural junto ao Ministério da Justiça, esvaziando o Ministério da Educação não só da propaganda, mas também do rádio e do cinema. A decisão tinha como objetivo colocar os meios de comunicação de massa a serviço direto do Poder Executivo, iniciativa que tinha inspiração direta no recémciado Ministério da Propaganda alemão.

CAPELATO, M. H. Propaganda política e controle dos

meios de comunicação. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

No contexto citado, a transferência de funções entre ministérios teve como finalidade o (a)

a) desativação de um sistema tradicional de comunicação voltado para a educação.

- b) controle do conteúdo da informação por meio de uma orientação política e ideológica.
- c) subordinação do Ministério da Educação ao Ministério da Justiça e ao Poder Executivo.
- d) ampliação do raio de atuação das emissoras de rádio como forma de difusão da cultura popular.
- e) demonstração de força política do Executivo diante de ministérios herdados do governo anterior.

Questão 12 - (ENEM/2015)

Mediante o Código de Posturas de 1932, o poder público enumera e prevê, para os habitantes de Fortaleza, uma série de proibições condicionadas pela hora: após as 22 horas era vetada a emissão de sons em volume acentuado. O uso de buzinas, sirenes, vitrolas, motores ou qualquer objeto que produzisse barulho seria punido com multa. No início dos anos 1940 o último bonde partia da Praça do Ferreira às 23 horas.

SILVA FILHO, A. L. M. **Fortaleza**: imagens da cidade.

Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2001 (adaptado).

Como Fortaleza, muitas capitais brasileiras experimentaram, na primeira metade do século XX, um novo tipo de vida urbana, marcado por condutas que evidenciam uma

a) experiência temporal regida pelo tempo orgânico e pessoal.

- b) experiência que flexibilizava a obediência ao tempo do relógio.
- c) relação de códigos que estimulavam o trânsito de pessoas na cidade.
- d) normatização do tempo com vistas à disciplina dos corpos na cidade.
- e) cultura urbana capaz de conviver com diferentes experiências temporais.

Questão 13 - (ENEM/2014)

Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

Quando foi fechada pela ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB caracterizava-se como uma organização

- a) política, engajada na luta por direitos sociais para a população negra no Brasil.
- b) beneficente, dedicada ao auxílio dos negros pobres brasileiros depois da abolição.
- c) paramilitar, voltada para o alistamento de negros na luta contra as oligarquias regionais.

- d) democrático-liberal, envolvida na Revolução Constitucionalista conduzida a partir de São Paulo.
- e) internacionalista, ligada à exaltação da identidade das populações africanas em situação de diáspora.

Questão 14 - (ENEM/2014)

As relações do Estado brasileiro com o movimento operário e sindical, nem como as políticas públicas voltadas para as questões sociais durante o primeiro governo da Era Vargas (1930-1945), são temas amplamente estudados pela academia brasileira em seus vários aspectos. São também os temas mais lembrados pela sociedade quando se pensa no legado varguista.

D'ARAÚJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (Org.). O tempo do nacional-estatismo: do início ao apogeu do Estado Novo.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Durante o governo de Getúlio Vargas, foram desenvolvidas ações de cunho social, dentre as quais se destaca a

- a) disseminação de organizações paramilitares inspiradas nos regimes fascistas europeus.
- b) aprovação de normas que buscavam garantir a posse das terras aos pequenos agricultores.
- c) criação de um conjunto de leis trabalhistas associadas ao controle das representações sindicais.

- d) implementação de um sistema de previdência e seguridade para atender aos trabalhadores rurais.
- e) implantação de associações civis como uma estratégia para aproximar as classes médias e o governo.

Questão 15 - (ENEM/2013)



poderosa influencia do partido Mulherista.?!

PEDERNEIRAS, R. Revista da Semana, ano 35, n. 40, 15 set. 1934. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através das caricaturas (1840-2001).

Rio de Janeiro. Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

Na imagem, da década de 1930, há uma crítica à conquista direito pelas de mulheres, um relacionado com a

- a) redivisão do trabalho doméstico.
- b) liberdade de orientação sexual.
- c) garantia da equiparação salarial.
- d) aprovação do direito ao divórcio.

e) obtenção da participação eleitoral.

Questão 16 - (ENEM/2013) TEXTO I

É notório que o universo do futebol caracterizase por ser, desde sua origem, um eminentemente masculino; como esse espaço não é apenas esportivo, mas sociocultural, os nele embutidos e dele derivados valores estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da "ordem", ou da "lógica" que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e reações as decorrentes expressam muito bem as relações presentes em cada sociedade: quanto machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas.

FRANZINI, F. Futebol é "coisa pra macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, jul.-dez. 2005 (adaptado).

TEXTO II

Com o Estado Novo, a circularidade de uma prática cultural nascida na elite e transformada por sua aceitação popular completou o ciclo ao ser apropriada pelo Estado como parte do discurso oficial sobre a nacionalidade. A partir daí, o Estado profissionalizou o futebol e passou a ser

o grande promotor do esporte, descrito como uma expressão da nacionalidade. O futebol brasileiro refletiria as qualidades e os defeitos da nação.

SANTOS, L. C. V. G. O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: EdUNESP, 2010.

Os dois aspectos ressaltados pelos textos sobre a história do futebol na sociedade brasileira são respectivamente:

- a) Simbolismo político poder manipulador.
- b) Caráter coletivo ligação com as demandas populares.
- c) Potencial de divertimento contribuição para a alienação popular.
- d) Manifestação de relações de gênero papel identitário.
- e) Dimensão folclórica exercício da dominação de classes.

Questão 17 - (ENEM/2013)

O trabalho de recomposição que nos espera não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Comecemos por desmontar a máquina do favoritismo parasitário, com toda sua descendência espúria.

Discurso de posse de Getúlio Vargas como chefe do governo provisório, pronunciado em 03 de novembro de 1930.

FILHO, I. A. **Brasil, 500 anos em documento**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 (adaptado).

Em seu discurso de posse, como forma de legitimar o regime político implantado em 1930, Getúlio Vargas estabelece uma crítica ao

- a) funcionamento regular dos partidos políticos.
- b) controle político exercido pelas oligarquias estaduais.
- c) centralismo presente na Constituição então em vigor.
- d) mecanismo jurídico que impedia as fraudes eleitorais.
- e) imobilismo popular nos processos políticoeleitorais.

Questão 18 - (ENEM/2012)

Fugindo à luta de classes, a nossa organização sindical tem sido um instrumento de harmonia e de cooperação entre o capital e o trabalho. Não se limitou a um sindicalismo puramente "operário", que conduziria certamente a luta contra o "patrão", como aconteceu com outros povos.

(FALCÃO, W. Cartas sindicais. *In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: 10 (85), set. 1941 – Adaptado)

Nesse documento oficial, à época do Estado Novo (1937- 1945), é apresentada uma concepção de organização sindical que

a) elimina os conflitos no ambiente das fábricas.

- b) limita os direitos associativos do segmento patronal.
- c) orienta a busca do consenso entre trabalhadores e patrões.
- d) proíbe o registro de estrangeiros nas entidades profissionais do país.
- e) desobriga o Estado quanto aos direitos e deveres da classe trabalhadora.

Questão 19 - (ENEM/2012)



Cartaz da Revolução Constitucionalista.

Disponível em:

http://veja.abril.com.br. Acesso em: 29 jun. 2012.)

Elaborado pelos partidários da Revolução Constitucionalista de 1932, o cartaz apresentado pretendia mobilizar a população paulista contra o governo federal.

Essa mobilização utilizou-se de uma referência histórica, associando o processo revolucionário

 a) à experiência francesa, expressa no chamado à luta contra a ditadura.

- b) aos ideais republicanos, indicados no destaque à bandeira paulista.
- c) ao protagonismo das Forças Armadas, representadas pelo militar que empunha a bandeira.
- d) ao bandeirantismo, símbolo paulista apresentado em primeiro plano.
- e) ao papel figurativo de Vargas na política, enfatizado pela pequenez de sua figura no cartaz.

Questão 20 - (ENEM/2012)

O que o projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. Grande parte das obras de arte até mais valiosas e dos bens de maior interesse histórico, de que a coletividade brasileira era depositária, têm desaparecido ou se arruinado irremediavelmente. As obras de arte típicas e as relíquias da história de cada país não constituem o seu patrimônio privado, e sim um patrimônio comum de todos os povos.

(ANDRADE, R. M. F. Defesa do patrimônio artístico e histórico.

O Jornal, 30 out. 1936. In: ALVES FILHO, I. Brasil, 500 anos em

documentos. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 – Adaptado)

A criação no Brasil do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi

orientada por ideias como as descritas no texto, que visavam

- a) submeter a memória e o patrimônio nacional ao controle dos órgãos públicos, de acordo com a tendência autoritária do Estado Novo.
- b) transferir para a iniciativa privada a responsabilidade de preservação do patrimônio nacional, por meio de leis de incentivo fiscal.
- c) definir os fatos e personagens históricos a serem cultuados pela sociedade brasileira, de acordo com o interesse público.
- d) resguardar da destruição as obras representativas da cultura nacional, por meio de políticas públicas preservacionistas.
- e) determinar as responsabilidades pela destruição do patrimônio nacional, de acordo com a legislação brasileira.

GABARITO:

1) Gab: E

2) Gab: C

3) Gab: C

4) Gab: A

5) Gab: B

6) Gab: E

7) Gab: B

- **8) Gab**: A
- **9) Gab**: B
- **10)** Gab: C
- **11) Gab**: B
- **12) Gab**: D
- **13) Gab**: A
- 14) Gab: C
- 15) Gab: E
- **16) Gab**: D
- **17) Gab**: B
- **18) Gab**: C
- **19) Gab**: D
- **20) Gab**: D